

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – DR. DIMAS
EDUARDO RAMALHO.**

Ref.: TC nº 4546.989.18-7

Assunto: III FISCALIZAÇÃO ORDENADA 2018 – TESOUREARIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR,
neste ato, representada por seus procuradores que ao final subscrevem,
vem à presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho de
22.06.2018 apresentar as informações acerca do relatório da Fiscalização
III FISCALIZAÇÃO ORDENADA 2018 – TESOUREARIA.

Consoante determinação contida no processo TC-
A-1177/026/18 e orientação dos DSF foi realizada no último dia
12/06/2018, a III Fiscalização Ordenada de 2018, para VERIFICAR O
Setor de Tesouraria.

Em face disso, a Unidade Regional de Campinas
(UR-03), apresentou relatório de inspeção, com as respostas aos quesitos
formulados, dentre os quais foram destacados os seguintes apontamentos:

- 1. A função de tesoureiro é exercida por servidor
ocupante de cargo em comissão;**

- 2.** Não existe normatização sobre os responsáveis pela movimentação bancária;
- 3.** Não existe Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prédio onde funciona a Tesouraria;
- 4.** Existe disponibilidade de caixa despositada em banco privado (Santander). Segundo a Origem, foi firmado um convênio para a arrecadação de tributos municipais junto ao referido banco;
- 5.** Os boletins de caixas e bancos ficam disponibilizados somente no sistema, não se encontrando arquivados com a assinatura do responsável pela tesouraria;
- 6.** O Órgão efetua pagamentos em cheque, muito embora este meio seja de rara utilização, ocorrendo nos casos de pagamento de alugueis;
- 7.** Constatamos a existência de conciliações bancárias atrasadas. A última concluída data de 31/01/2018;
- 8.** As conciliações apresentadas não continham as assinaturas do responsável pela tesouraria e da contadora;
- 9.** Não existem evidências documentais de que o controle interno analisa as conciliações bancárias.

Diante do relatório da UR-03, Vossa Excelência determinou a notificação do responsável para tomar conhecimento do contido no relatório e adotar as medidas corretivas.

O Chefe do Executivo de Monte Mor¹, visando dar cumprimento as requisições desta Corte de Contas, vem, nesta oportunidade informar que tomou conhecimento do relatório da Fiscalização desta Casa, e vem nesta oportunidade auxiliar essa nobre Corte na instrução processual, conforme seu alcance, vejamos:

¹ Thiago Giatti Assis

Antes, porém, de expormos nossas razões que objetivam justificar os apontamentos contidos na fiscalização ordenada que resultou no TC 4546.989.18-7, devemos lembrar que consta no Manual editado por esta Corte de Contas: **O Tribunal e a Gestão Financeira dos Prefeitos**, disponibilizado através do seguinte endereço eletrônico: https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/manual-gestao-financeira-prefeitura-municipal_0.pdf que copiamos:

5.15. Tesouraria

Quanto a esse setor, nossas recomendações têm alcançado as seguintes falhas de gestão:

- Disponibilidade de caixa depositada em bancos privados (art. 164, § 3º da CF);
- Existência de vales antigos;
- Pagamentos sem o prévio empenho;
- Não cumprimento à cronologia dos pagamentos;
- Falta de segregação de funções, sobretudo com a Contabilidade.

A propósito, a União, mediante o Decreto federal nº 7.507, de 27 de junho de 2011, quer que as transferências federais voluntárias a Estados e Municípios sejam utilizadas de forma exclusivamente eletrônica (“Internetbanking”), mediante crédito em conta aberta em banco federal, de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços. Nisso, os saques, em dinheiro, constituem exceção limitada a R\$ 8 mil para todo o ano; R\$ 800,00 por saque. De mais a mais, há de haver divulgação dos extratos das contas correntes dos Estados e Municípios, com a identificação do domicílio bancário dos respectivos fornecedores ou prestadores de serviços, beneficiários de pagamentos.

Desta forma, o município de Monte Mor realiza os procedimentos da área de acordo com a praxe, além de atentarem para eventuais apontamentos desta Corte e para a jurisprudência que chega ao conhecimento dos servidores.

Não obstante a isso, portanto a área é bastante carente de normatização.

Pois bem feita essa breve introdução, passamos aos apontamentos propriamente ditos:

1- A função de Tesoureiro é exercida por servidor ocupante de cargo em comissão.

Aponta a fiscalização que o Tesoureiro é servidor ocupante de cargo em comissão, no entanto, deixou de mencionar que o mesmo é servidor concursado desta Prefeitura.

Conforme consta do Decreto nº 720/92, de 11 de fevereiro de 1992, o Sr. Celso Antonio Martimbianco, foi nomeado, em caráter efetivo, para o cargo de Assistente Chefe Expediente, conforme cópia anexa.

Percebe-se, portanto, que o citado é servidor devidamente aprovado em prova para tal fim, como consta do próprio Decreto. (doc. anexo)

Em dezembro do mesmo ano, o servidor foi designado, através do Decreto 843/92, de 16 de dezembro de 1992, para responder pelo cargo de Tesoureiro, durante período em que o titular do cargo entraria em férias regulamentares. Logo, o servidor passou a ter experiência na função em razão da cobertura das férias já citada. (Doc. anexo)

Ocorre que, o titular do cargo aposentou-se em 2.003 e o servidor citado passou a responder pelo mesmo a partir de 03 de fevereiro daquele ano, assim nomeado através do Decreto 2.689/2003 cuja cópia anexamos. (doc.)

Já em 2011 o mesmo servidor foi nomeado para o cargo em comissão de Assessor IV, conforme Decreto 2.274 de 01 de junho de 2.011, ou seja, é servidor concursado, ocupante de cargo em comissão.

Neste período a Prefeitura não realizou concurso público para o preenchimento de vaga no cargo, pois, possui servidor que o ocupa, logo, não havia a necessidade de fazê-lo em razão do cargo estar preenchido e não vago, mesmo que por servidor designado.

É claro, portanto, que o Sr. Celso é servidor aprovado em concurso público, estando nomeado para ocupar o cargo de Tesoureiro, conforme legislação anexada.

2 – Não existe normatização sobre os responsáveis pela movimentação bancária

Conforme já comentamos na introdução, data vênica, não há regra legal que trate do tema de forma aprofundada e específica. Assim, a rotina da Tesouraria é composta por um retalho de deveres trazidos esparsamente por regras legais que tratam de outros temas, como por exemplo: a observação da ordem cronológica de pagamentos, cuja imposição legal é tratada na Lei Federal 8666/93; da retenção de impostos, tais como: ISSQN, IRRF, INSS, etc, cujas exigências são tratadas por várias regras locais, federais e constitucionais; etc.

Logo, apontar que não possuímos normatização para o setor nos parece um excesso de rigor da Unidade de Fiscalização razão desta normatização ter ocorrido em escassos órgãos públicos, sejam municipais, estaduais ou federais, pois, como já exposto, a literatura sobre o tema específico é bastante carente, principalmente no âmbito público.

Em que pese as nossas observações, é certo que o Município de Monte Mor espera atender essa Corte de Contas e observar todo e qualquer normas para o Setor de Tesouraria.

3 – Não existe Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prédio onde funciona a Tesouraria.

Conforme já exposto, quando da prestação de informação a esta Casa de Contas, referido Auto de Vistoria não havia sido expedido pela corporação local do Corpo de Bombeiros, no entanto, diante do apontamento do qual tomamos conhecimento, informamos que estamos tomando todas as providencias necessárias para que possamos ter o citado documento expedido o mais depressa possível, sanando, desta forma, a falha aqui relatada.

4 – Existe disponibilidade de caixa depositada em banco privado (Santander).

Da análise de nosso Boletim de Caixa e Bancos emitido em 29 de junho de 2018, pode-se observar que possuímos 121(cento e vinte e uma) contas bancárias; destas, somente 1(uma) é de banco particular, logo, percebe-se desde já que se trata de exceção à regra.

Referido desvio de padrão foi necessário para que pudéssemos oferecer aos contribuintes municipais mais opções de pagamento dos tributos municipais, como já esclarecemos a este colendo órgão de fiscalização.

No entanto, os recursos arrecadados através desta conta bancária são rapidamente transferidos para contas bancárias do município existentes em bancos oficiais, não permanecendo no banco particular por longo período de tempo, como se pode observar no Boletim de Caixa e Bancos já citado cuja cópia anexamos. (DOC)

Ademais, há que se notar que os recursos movimentados em tal conta bancária são ínfimos, pois, do saldo bancário existente no dia 29 de junho de 2018 – R\$ 16.584.912,25 – apenas R\$ 4.698,80 estavam posicionados na referida conta, o que corresponde a 0,028% dos recursos disponíveis, percebe-se, portanto, a irrelevância da movimentação bancária em tal conta corrente.

Pelas razões expostas, que vão no sentido da necessidade de manutenção da referida conta bancária, visto que objetiva o oferecimento de opção para os munícipes recolherem seus impostos municipais; da rápida transferência destes recursos para contas municipais em bancos oficiais e, por fim, da irrelevância dos saldos da referida conta que corresponde a 0,028% do total de recursos municipais disponíveis, pleiteamos a desconsideração desta observação, com a manutenção da referida conta bancária.

5 – Os boletins de Caixa e bancos ficam disponibilizados no sistema, não se encontrando arquivados com a assinatura do responsável pela Tesouraria.

Informamos que tal falha já foi devidamente corrigida, posto que passamos a imprimir os referidos Boletins de Caixa e Bancos para que os mesmos possam ser assinados e arquivados no Setor.

6 – O órgão efetua pagamentos com cheques, muito embora este meio seja de rara utilização, ocorrendo nos casos de pagamento de aluguéis.

É de se estranhar este apontamento, haja vista que não há nenhuma regra legal que impeça a realização de pagamentos via emissão de cheques, aliás, estes são considerados ordens de pagamento a vista; a exceção daqueles recursos do FUNDEB para os quais existe normativa Federal.

No entanto, como traz o próprio apontamento, os pagamentos realizados através de cheques são raros, se restringindo aos aluguéis pagos a pessoas físicas que não possuem conta bancária ou que não querem movimentar os recursos recebidos através do sistema bancário.

Assim sendo, entendemos como irrelevante o apontamento e não podemos entender razões para, neste caso, haver quaisquer necessidades de mudanças ou adaptações na rotina do setor.

7 - Constatamos a existência de conciliações bancárias atrasadas. A última concluída data de 31/01/2018. As conciliações apresentadas não continham assinaturas do responsável pela Tesouraria e da Contadora. Não existem evidências de que o Controle Interno analise as conciliações bancárias.

Uma vez que tratamos do mesmo tema, agregamos os apontamentos. No que tange ao atraso na formalização das conciliações bancárias, informamos que o atraso ocorre em razão da escassez de servidores no setor, haja vista que apenas 4(quatro) servidores do setor são responsáveis por todos os controles inerentes, fazendo com que, eventualmente, haja atraso na formalização da conciliação bancária, que são conferidas pela contabilidade.

No entanto, estaremos redobrando nossos esforços para que as conciliações sejam realizadas em tempo menor para que possamos observar os prazos de envio ao Sistema AUDESP.

8. As conciliações apresentadas não continham as assinaturas do responsável pela tesouraria e da contadora;

9. Não existem evidências documentais de que o controle interno analisa as conciliações bancárias.

No que diz respeito a falta de assinaturas, informamos que a falha já foi regularizada com a aposição das referidas assinaturas nas conciliações bancárias.

Por oportuno, também o Controle Interno passará a emitir relatório sobre as conciliações, haja vista que, apesar de realizá-las, por amostragem, o controlador interno não formalizava relatório sobre o mesmo, o que passará a fazer.

Aproveitamos a presente oportunidade para oferecer nossos verdadeiros protestos de elevada estimada e consideração.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

São Paulo, 10 de julho de 2018.

Rosely de J. Lemos

OAB/SP nº. 124.850

José Américo Lombardi

OAB/SP 107.319